

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 18/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164640/2026

**PERMISSÃO DE USO ONEROSA DO CENTRO PERMANENTE DE EXPOSIÇÃO
“VILA BRASIL” – ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA/SP**

MODALIDADE: Concorrência – sessão presencial

TIPO: Melhor técnica ou conteúdo artístico (art. 33, III, Lei n. 14.133/2021)

OBJETO: Permissão de uso onerosa do Centro Permanente de Exposição 'Vila Brasil', localizado no Recinto do Folclore de Olímpia/SP, para implantação e execução de programação cultural contínua.

PRAZO: 10 (dez) anos

OUTORGA FIXA MENSAL: R\$ 5.000,00 (data-base fevereiro/2026), com reajuste anual pelo IPCA/IBGE (ou índice oficial substituto)

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, inscrito no CNPJ sob nº 46.596.151/0001-55, torna pública a abertura da Concorrência Pública nº 18/2026, do tipo melhor técnica ou conteúdo artístico, destinada à seleção de pessoa jurídica para formalização de Termo de Permissão de Uso Onerosa do Centro Permanente de Exposição “Vila Brasil”, localizado no Recinto de Exposições e Praça de Atividades Folclóricas e Turísticas “Professor José Sant’Anna” – Recinto do Folclore, conforme condições deste Edital e seus Anexos.

A licitação será realizada na modalidade Concorrência, em sessão presencial, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, com base na autorização outorgada pela Lei Complementar Municipal nº 251, de 08 de dezembro de 2021, e demais normas aplicáveis, com julgamento das propostas antes da fase de habilitação, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, transparência e supremacia do interesse público.

Data, horário e local da sessão pública:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/08/2026 às 09h (horário de Brasília)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública será realizada na Sede da Secretaria Municipal de Gestão e Cidade Inteligente, localizada a Rua Nove de Julho, 1.054, Patrimônio de São João Batista, São Paulo – SP, CEP: 15.400-083.

Endereço para entrega dos envelopes: RUA NOVE DE JULHO, Nº 1.054 – PATRIMÔNIO DE SÃO JOÃO BATISTA – OLÍMPIA/SP, CEP: 15.400-083.

Canal/endereçamento para comunicações formais: As comunicações e solicitações relativas ao presente procedimento poderão ser realizadas por meio do e-mail apoio@olimpia.sp.gov.br, pelo telefone (17) 3279-3274 ou presencialmente junto ao setor competente, durante o horário de expediente, das 9h às 16h.

1. OBJETO, FINALIDADE, DEFINIÇÕES E DIRETRIZES

1.1. A presente Concorrência tem por objeto a seleção de pessoa jurídica para formalização de Termo de Permissão de Uso Onerosa, por prazo determinado, personalíssima e intransferível, do Centro Permanente de Exposição “Vila Brasil”, para:

I – desenvolvimento e execução de programação cultural contínua, ao longo de todo o ano, compreendendo, no mínimo, exposições, apresentações musicais, saraus, rodas de conversa, intervenções artísticas, lançamentos culturais e outras manifestações artístico-culturais compatíveis com a identidade folclórica de Olímpia; e

II – desenvolvimento e execução de atividades compatíveis com o caráter cultural e turístico do equipamento, quando previstas na proposta vencedora, observada a vedação de descaracterização da identidade cultural do Vila Brasil.

1.2. Além das atividades previstas no item 1.1, poderão ser desenvolvidas atividades complementares compatíveis com o caráter cultural e turístico do equipamento,

conforme proposta vencedora ou mediante prévia anuência do Município, tais como: operação gastronômica, comércio de artigos folclóricos e artesanato, produtos editoriais e culturais, e demais atividades artístico-culturais compatíveis com o Recinto do Folclore.

1.3. Vedações. É vedada, em qualquer hipótese, a descaracterização da identidade cultural do equipamento ou o comprometimento da programação cultural.

1.4. Finalidade pública e diretriz central. A atividade cultural é a finalidade principal do Vila Brasil. A exploração comercial de atividades complementares compatíveis e a captação de patrocínios e apoios constituem instrumentos de viabilização financeira (subsídio cruzado) da programação cultural, devendo permanecer integradas e subordinadas ao projeto cultural aprovado, conforme o Termo de Referência e o TPU.

1.5. Definições. Para fins deste Edital:

I – “Edital”: este instrumento convocatório;

II – “TR”: Termo de Referência (Anexo I);

III – “TPU”: Termo de Permissão de Uso (Anexo II);

IV – “Matriz de Julgamento”: Anexo III;

V – “Plano de Fiscalização/Indicadores”: Anexo V;

VI – “Comissão de Licitação”: agentes públicos designados para condução do procedimento e lavratura de atas;

VII – “Banca Técnica”: colegiado designado para avaliação e pontuação do Envelope B;

VIII – “Envelope A”: habilitação;

IX – “Envelope B”: proposta técnico-artístico-cultural.

1.6. Cobrança de ingressos, regras de acesso e vedação nas áreas institucionais.

É admitida a cobrança de ingressos e a fixação de regras de acesso aos eventos realizados no Vila Brasil, conforme proposta da permissionária e legislação aplicável, desde que:

I – sejam observadas as normas de defesa do consumidor, acessibilidade, segurança, licenciamento e controle de público, quando aplicáveis; e

II – sejam respeitadas as diretrizes do TR e do TPU e a fiscalização municipal.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES DO EDITAL

2.1. Integram este Edital, dele fazendo parte integrante e inseparável:

I – Anexo I – Termo de Referência;

II – Anexo II – Minuta do Termo de Permissão de Uso;

III – Anexo III – Matriz de Julgamento Técnico-Artístico-Comercial;

IV – Anexo IV – Laudo de Avaliação de Outorga;

V – Anexo V – Plano de Fiscalização e Indicadores de Desempenho;

VI – Anexo VI – Modelos de Declarações e Credenciamento.

2.2. Em caso de divergência entre o disposto neste Edital e seus Anexos, prevalecerá o texto do Edital, sem prejuízo de retificação formal quando cabível.

2.3. Os interessados são responsáveis por obter, por seus próprios meios, todas as informações necessárias à formulação de suas propostas, inclusive mediante visita técnica facultativa ao Vila Brasil, não podendo alegar desconhecimento para eximir-se de suas responsabilidades.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A licitação e a permissão de uso regem-se pelas seguintes normas, dentre outras aplicáveis:

a) Constituição Federal, art. 37, caput e XXI, e art. 175;

b) Lei Federal nº 14.133/2021, em especial os arts. 33, III; 53 a 81; 96; 156 a 163; 164 a 168;

c) Lei Orgânica do Município;

d) Lei Complementar Municipal nº 251/2021.

4. PRAZO, NATUREZA E CARACTERÍSTICAS DA PERMISSÃO

4.1. O prazo da Permissão de Uso será de 10 (dez) anos, contados da assinatura do TPU, conforme Anexo II.

4.2. A permissão é ato administrativo oneroso, pessoal e intransferível, sujeita à fiscalização e ao interesse público, conforme disposto no TPU.

5. OUTORGA, ENCARGOS E GARANTIA

5.1. A permissionária deverá pagar ao Município outorga fixa mensal no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na data-base de fevereiro de 2026, conforme Laudo Técnico (Anexo IV).

5.1.1. A outorga será reajustada anualmente, em períodos de 12 (doze) meses contados da data-base, pela variação do IPCA/IBGE ou, na sua falta, por outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos do TPU.

5.2. São encargos do permissionário, além da outorga fixa mensal, aqueles previstos no TPU (Anexo II) e no TR (Anexo I).

5.3. A permissionária prestará garantia de execução equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da permissão, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, na forma prevista no TPU.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MELHOR TÉCNICA OU CONTEÚDO ARTÍSTICO

6.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de melhor técnica ou conteúdo artístico, nos termos do art. 33, III, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Não haverá disputa de valor de outorga: todas as licitantes assumem a outorga fixa definida neste Edital.

6.3. O julgamento observará estritamente a Matriz de Julgamento (Anexo III), vedada a criação de critérios não previstos no Edital e Anexos.

6.4. O foco do julgamento recairá sobre:

- a) qualidade técnico-artística do projeto cultural;
- b) capacidade de garantir programação cultural contínua, diversificada e qualificada;
- c); estratégias de formação de público, democratização de acesso e articulação com a cena cultural, quando propostas;
- d) modelo de gestão, manutenção e sustentabilidade operacional, incluindo, quando propostas, as atividades complementares compatíveis;
- e) qualificação da equipe e experiência prévia relevantes ao objeto.

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas regularmente constituídas, isoladamente, cujo ato constitutivo seja compatível com o exercício de atividade econômica organizada e que atendam a todas as condições deste Edital e seus Anexos.

7.2. É vedada a participação de consórcios, qualquer que seja sua forma.

7.3. É vedada a participação de Microempreendedor Individual – MEI, tendo em vista a incompatibilidade estrutural dessa modalidade com as obrigações assumidas nesta permissão (outorga mensal, garantia, operação continuada e execução de programação cultural ao longo de todo o ano).

7.4. Não poderão participar:

- a) empresas suspensas, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública, em quaisquer esferas, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- b) empresas em recuperação judicial ou extrajudicial sem plano homologado e exequível, falidas ou em liquidação;
- c) empresas cujos dirigentes ou sócios se enquadrem em situações de impedimento previstas na legislação;
- d) empresas com conflito de interesses com o Município, na forma da legislação aplicável.

7.5. O atendimento das vedações será verificado por meio das declarações do Anexo VI e de consultas a cadastros oficiais, quando couber.

8. VISITA TÉCNICA E DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

8.1. A visita técnica ao Vila Brasil é facultativa e poderá ser realizada até 2 (dois) dias úteis antes da data da sessão de entrega dos envelopes, mediante agendamento junto à Secretaria Municipal de Cultura.

8.2. A licitante que não realizar a visita deverá apresentar Declaração de Renúncia à Visita Técnica, conforme Anexo VI, assumindo integral responsabilidade pela ausência de vistoria.

8.3. Todas as licitantes deverão apresentar Declaração de Pleno Conhecimento do Edital, do TR, dos Anexos e das condições do imóvel, conforme Anexo VI.

9. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

9.1. Os pedidos de esclarecimento e as impugnações ao Edital observarão os prazos e condições dos arts. 164 e 165 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser apresentados por escrito à Comissão de Licitação, no endereço indicado no Preâmbulo ou por meio eletrônico indicado no aviso de licitação.

9.2. As respostas e decisões serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do Município, passando a integrar o Edital para todos os efeitos, garantindo-se publicidade e isonomia.

10. CREDENCIAMENTO

10.1. As licitantes poderão ser representadas na sessão pública por representante legal ou procurador, que deverá apresentar:

- a) documento oficial de identidade;
- b) ato constitutivo (ou documento equivalente) e, quando aplicável, procuração com poderes específicos;
- c) carta de credenciamento, conforme Anexo VI.

10.2. A ausência de representante credenciado não impedirá a participação, mas impossibilitará manifestação oral em sessão e o registro de intenção de recurso em ata.

10.3. É vedado a um mesmo representante credenciado representar mais de uma licitante.

11. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

11.1. As licitantes deverão apresentar, na sessão indicada, dois envelopes opacos, indevassáveis e lacrados:

- a) Envelope A – Habilitação;
- b) Envelope B – Proposta Técnico-Artístico-Cultural.

11.2. Na parte externa de cada envelope deverão constar: número da Concorrência, identificação da licitante, denominação do envelope e dados de contato.

11.3. Os documentos devem ser apresentados em língua portuguesa, sem rasuras que comprometam sua compreensão, e preferencialmente encadernados, com índice e páginas numeradas.

11.4. Não serão admitidos documentos enviados por correio, fax, e-mail ou qualquer outro meio que não a entrega presencial, ressalvadas comunicações formais previstas neste Edital para esclarecimentos e recursos, quando aplicáveis.

12. CONTEÚDO DO ENVELOPE B – PROPOSTA TÉCNICO-ARTÍSTICO-CULTURAL

12.1. O Envelope B deverá conter, sob pena de desclassificação, no mínimo:

I – Projeto cultural integrado: conceito, identidade, programação e curadoria;

II – Plano de sustentabilidade e atividades complementares (quando propostas): descrição das atividades complementares eventualmente previstas (ex.: operação gastronômica, loja cultural, produtos culturais), demonstrando integração e subordinação ao projeto cultural, compatibilidade com a infraestrutura e com o perfil de público, incluindo, quando aplicável, política de bilheteria e acesso

III – Programação cultural anual: cronograma e distribuição ao longo do ano, indicando periodicidade mínima e diversidade de linguagens, com possibilidade de parcerias e participação de artistas;

IV – Plano de manutenção e segurança: rotinas de limpeza, manutenção preventiva e corretiva, conservação da estrutura física, cuidados com a Capela dos Santos Reis e medidas de segurança;

V – Estrutura organizacional e qualificação da equipe: equipe mínima e funções-chave, indicando responsáveis pela gestão cultural e pela gestão operacional;

VI – Demonstração de viabilidade operacional e econômico-financeira mínima: estimativas de receitas e despesas e premissas, evidenciando capacidade de suportar encargos e manter a programação cultural (subsídio cruzado e patrocínios);

VII – Plano de integração ao calendário turístico e cultural: articulação com o Festival do Folclore e demais eventos oficiais, inclusive propostas de programação especial e funcionamento regular e, quando aplicável, ampliado nas datas de programação do Recinto do Folclore.

12.2. Conformidade mínima e nota de corte (critérios eliminatórios). Será desclassificada a licitante cujo Envelope B não contenha, de modo identificável e verificável, os elementos mínimos dos incisos I a VII do item 12.1, por desconformidade material, ou que não atingir a Nota Final (NF) mínima de 7,00 (sete) pontos na Matriz de Julgamento (Anexo III), mediante decisão fundamentada da Banca Técnica.

12.3. A proposta deverá ser assinada por representante legal e ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega.

13. CONTEÚDO DO ENVELOPE A – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

13.1. O Envelope A deverá conter, sob pena de inabilitação, a documentação de:

- a) Habilitação jurídica: ato constitutivo/estatuto/contrato social em vigor, com alterações ou consolidação, demonstrando compatibilidade com o objeto; prova de inscrição no CNPJ;
- b) Regularidade fiscal e trabalhista:
 - b.1) certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União;
 - b.2) certidões de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal;
 - b.3) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
 - b.4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- c) Qualificação econômico-financeira:
 - c.1) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei;
 - c.2) certidões de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede;
- d) Qualificação técnica:
 - d.1) atestados que comprovem experiência em ao menos uma das seguintes áreas: gestão de equipamentos culturais e projetos culturais continuados;
- e) Declarações específicas (Anexo VI):
 - e.1) declaração de não emprego irregular de menor;
 - e.2) declaração de inexistência de fatos impeditivos;
 - e.3) declaração de pleno conhecimento;

e.4) declaração de compromisso com normas ambientais, sanitárias e de acessibilidade;

f) Seguro: declaração de compromisso de contratação e manutenção dos seguros exigidos, conforme TPU.

13.2. Se adotados benefícios de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração específica, conforme Anexo VI, sem prejuízo das regras legais aplicáveis.

14. ETAPAS DO CERTAME E ORDEM DAS FASES

14.1. A licitação seguirá a ordem de fases prevista na Lei n. 14.133/2021:

I – Divulgação: publicação do aviso de licitação no Portal da Transparência, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias úteis da data-limite para entrega dos envelopes;

II – Sessão pública presencial: credenciamento e recebimento dos Envelopes A e B, com registro obrigatório em áudio e vídeo, cujo arquivo será juntado aos autos do processo licitatório, em estrito atendimento ao art. 17, §§ 2º e 5º, da Lei n. 14.133/2021;

III – Julgamento das propostas:

a) abertura do Envelope B de todas as licitantes;

b) análise e pontuação pela Banca Técnica, com base no Anexo III;

c) classificação provisória das propostas;

d) publicação do resultado preliminar do julgamento das propostas;

IV – Recursos contra o julgamento das propostas;

V – Habilitação:

a) abertura do Envelope A apenas da licitante mais bem classificada;

b) em caso de inabilitação, abertura do Envelope A da licitante subsequente, e assim sucessivamente;

VI – Recursos contra habilitação ou inabilitação e respectivos julgamentos;

VII – Adjudicação e homologação;

VIII – Convocação da vencedora para assinatura do TPU e apresentação da garantia de execução.

14.2. De cada sessão será lavrada ata, assinada pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes presentes.

15. BANCA TÉCNICA (JULGAMENTO DO ENVELOPE B)

15.1. A avaliação do Envelope B será realizada por Banca Técnica designada por ato formal, com número ímpar de membros e mínimo de 3 (três), preferencialmente com formação e experiência compatíveis com gestão cultural, curadoria, produção cultural e/ou gestão de equipamentos culturais, podendo contar com apoio técnico de áreas correlatas.

15.2. Impedimento e conflito de interesses. Os membros da Banca Técnica deverão declarar, previamente, ausência de conflito de interesses com as licitantes e com profissionais indicados na equipe-chave, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Constatado impedimento, haverá substituição, com registro em ata.

15.3. Metodologia de pontuação. Cada membro atribuirá nota individual por critério, e a nota do critério será a média aritmética simples das notas individuais, com até duas casas decimais. A Nota Final observará a fórmula e os pesos do Anexo III.

15.4. Discrepância. Caso haja diferença superior a 2,0 (dois) pontos entre a maior e a menor nota atribuída no mesmo critério, a Banca registrará em ata a justificativa sucinta da divergência, mantendo-se o método de média.

15.5. Diligências. A Banca Técnica poderá realizar diligência exclusivamente para esclarecer dúvida objetiva sobre informação já apresentada, vedada a inclusão posterior de elemento essencial ausente e vedada alteração material da Proposta, garantindo-se isonomia e registro nos autos.

16. USO INSTITUCIONAL PELO MUNICÍPIO (CONDIÇÃO DO OBJETO)

16.1. O uso institucional do Vila Brasil pelo Município, nos limites previstos no TPU (Anexo II), constitui condição do objeto e deverá ser observada por todas as licitantes na formulação de sua proposta.

17. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Caberá recurso administrativo, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da ciência ou intimação do ato, nos termos dos arts. 165 a 168 da Lei nº 14.133/2021, das decisões que resultarem em:

- a) julgamento das propostas;
- b) habilitação ou inhabilitação dos licitantes;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) demais atos praticados no curso do certame que afetem direito do licitante, na forma da lei.

17.2. As demais licitantes serão intimadas para apresentação de contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis.

17.3. Os recursos terão efeito suspensivo apenas quando assim determinado, motivadamente, pela autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

18. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO TPU

18.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e decididos os recursos, o objeto será adjudicado à licitante vencedora e o resultado homologado pela autoridade competente.

18.2. A vencedora será convocada para assinar o TPU (Anexo II) e apresentar a garantia de execução no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, mediante justificativa aceita pelo Município.

18.3. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o TPU e/ou apresentar a garantia no prazo estabelecido poderá ensejar a aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e deste Edital, bem como a convocação da licitante remanescente, observada a ordem de classificação.

18.4. Para assinatura do TPU, a vencedora deverá manter as condições de habilitação, apresentar os documentos exigidos no TPU e indicar preposto formal para interlocução com a fiscalização, quando aplicável.

19. SANÇÕES E PENALIDADES

19.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas no âmbito do certame sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem

prejuízo das responsabilidades civil e criminal, observado o devido processo administrativo.

19.2. As sanções relacionadas ao descumprimento do TPU durante a execução da permissão observarão o TPU (Anexo II) e a Lei nº 14.133/2021, em processo administrativo próprio.

20. COMUNICAÇÕES, PUBLICIDADE E INTEGRIDADE

20.1. As comunicações oficiais do certame ocorrerão pelos meios indicados no aviso e no Preâmbulo, e pelas publicações oficiais nos canais institucionais do Município.

20.2. As licitantes comprometem-se a atuar com integridade, boa-fé e observância da legislação anticorrupção aplicável (Lei Federal nº 12.846/2013), sendo vedada promessa, oferta ou concessão de vantagem indevida a agente público.

20.3. Caso haja tratamento de dados pessoais no âmbito do certame, serão observadas as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A participação nesta Concorrência implica aceitação integral e irretratável das condições deste Edital e seus Anexos.

21.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação e pela autoridade competente, com base na Lei nº 14.133/2021 e nas demais normas aplicáveis.

Olímpia/SP, 16 de junho de 2026.

Max Mena

Secretário Municipal de Gestão e Cidade Inteligente